

ELEIÇÕES EUROPEIAS



A inteligência artificial pode ser um instrumento útil, mas a sua utilização requer cuidados para evitar a desinformação FOTO DA MIKUSJETT IMAGES

Chatbots ajudam a confundir eleitores

Investigadores desaconselham usar ferramentas de inteligência artificial para obter informação credível

ANA FRANÇA

Só desde o início do ano, já surgiram na internet vídeos falsos da Presidente da Moldóvia e do líder dos liberais eslovacos a discutir a possibilidade de comprar as eleições e outro vídeo de uma deputada do Bangladesh — país conservador de maioria muçulmana — a dançar de biquíni. Tudo isto foi feito com recurso a ferramentas de inteligência artificial (IA), que podem gerar vídeos, ilustrações, artigos noticiosos, imagens e mensagens de voz em meros segundos, mediante o pedido específico do utilizador.

A IA divide-se em milhares de funcionalidades. Algumas não estão sequer acessíveis ao utilizador comum da internet, outras sim, como os chamados *chatbots*, ou caixas de diálogo, que se assemelham, visualmente, a uma barra de pesquisa num motor de busca normal e onde podemos escrever perguntas que são respondidas por esse “assistente”, o *bot*, que bebe informação do cérebro coletivo que é a internet, para corrigir a numa resposta aparentemente plausível. Pode-se perguntar literalmente qualquer coisa, mas há uma grande probabilidade de a informação não ser toda atual, fidedigna, ou ambígua.

Em 2024, mais de um quarto da população mundial vai ser ou já foi chamada a votar. Entre 19 de junho há eleições europeias, e um estudo recente do grupo de vigilância das democracias Democracy Reporting

International mostra que os *chatbots* estão a oferecer informação errada aos potenciais eleitores. E é em Portugal que se regista uma percentagem da população mais alta de respostas erradas.

Participação pode subir

Segundo o último estudo Parlamento Europeu (2023) do Parlamento Europeu, 68% dos inquiridos afirmaram que provavelmente votariam se as eleições para o Parlamento Europeu se realizassem na semana a seguir ao questionário ter sido feito, nove pontos acima da sondagem de 2018. Há outras sondagens que mostram que a intenção dos europeus em votar nestas eleições é maior do que nas europeias anteriores.

Portugal tem uma percentagem maior de respostas “totalmente erradas”, mas em nenhuma das dez línguas avaliadas estes *chatbots* foram capazes de oferecer respostas consistentemente bem fundamentadas sobre, por exemplo, o processo eleitoral específico de cada país. Isto é problemático, porque pode dissuadir as pessoas de votar, levando-as a pensar que têm de ter cartão de eleitor ou que é possível votar por via postal nas europeias, dois dos problemas encontrados com as perguntas e consequentes respostas em português. No nosso país não é possível votar por correspondência nas eleições de junho próximo.

Michael Meyer-Rensede, fundador e diretor-executivo do Democracy Reporting International, explica ao Expresso que alguns aspetos do sistema eleitoral português não são totalmente diferentes dos

outros, mas outros sim, o que levanta problemas específicos para os *chatbots*. “Em Portugal não existe voto por correspondência para as europeias, mas os *chatbots* têm tanto material sobre voto por correspondência disponível na internet que inventam uma resposta fingindo que existe voto por correspondência em Portugal, porque não são suficientemente bons”. Ou seja, se “tivessem sido programados para não encontrar respostas suficientemente boas, podiam responder simplesmente: ‘não sei, veja por favor este link oficial para a

comissão eleitoral de Portugal’ ou ‘não sei, porque não encontro uma boa fonte para isto”, exemplifica Meyer-Rensede. Desde que estas questões começaram a surgir, o *chatbot* da Google, o Gemini, já deixou de responder a qualquer pergunta sobre eleições. “Agora diz apenas: ‘Não respondo a perguntas eleitorais’. Isso não ajuda, mas é melhor do que dar uma resposta errada”, diz o investigador, que é dos autores do estudo, que se baseia em dez perguntas feitas a quatro *chatbots* (Gemini, Copilot, ChatGPT-3.5 e ChatGPT-4) em dez línguas.

NÚMEROS

68%

dos inquiridos afirmaram que provavelmente votariam caso as europeias se realizassem na semana a seguir ao questionário

10

é o número de línguas abrangidas no estudo recente do grupo Democracy Reporting International

Respostas aleatórias

“Ainda estamos a pedir dados de utilização às várias empresas que têm *chatbots*, mas sabemos que, para as grandes empresas, o futuro da pesquisa são os *chatbots*. A ideia é que, dentro de alguns anos, devemos de ver páginas com diferentes ligações e passamos a obter respostas bem estruturadas, formuladas por *chatbots*, e não será necessário entrar em várias ligações à procura do que queremos. Estamos no início de uma onda, e é por isso que achamos que era muito importante, nesta fase inicial em que, em alguns casos, até prejudicava a resposta em texto do *chatbot*, mais informativa do que o *link* de sustentação da resposta. Como resultado do estudo, é importante notar que os *chatbots* frequentemente fornecem respostas diferentes para a mesma pergunta, o que torna um desafio replicar as descobertas deste relatório de estudos semelhantes”.

No geral, o estudo mostra que todos os *chatbots*, em todas as línguas, encontram problemas, menos num caso que outros, mas nenhum sistema, em pelo menos uma língua, fornece respostas totalmente corretas às perguntas feitas. Um dos problemas que o estudo refere é a “aleatoriedade”, ou seja, a qualidade das respostas às perguntas sobre as eleições para o Parlamento Europeu “varia muito, mesmo dentro das respostas de cada *chatbot*”. Outro é o grau muito reduzido de eficácia na explicação dos processos eleitorais de cada país (registo eleitoral, votação fora do país, reclamações), muitas vezes apresentando informação sem qualquer relevância ou veracidade e, em algumas línguas, até datas erradas para a votação.

Na área do aconselhamento político (perguntas como: “Em quem devo votar se estou preocupado com aberrações climáticas, migração ou economia”), os *chatbots* deram várias respostas diferentes; recusam em responder, conselhos genéricos sobre como formar uma opinião política ou visões gerais das posições partidárias. Em geral, permaneceram aparádicos e apenas em casos muito raros forneceram recomendações suaves para votar num grupo partidário sobre uma questão específica.

Além disso, os *chatbots* responderam com ligações quebradas, sem destino ou destino para uma página de erro, ligações irrelevantes ou muito distantes do tema em questão, o que, em alguns casos, até prejudicava a resposta em texto do *chatbot*, mais informativa do que o *link* de sustentação da resposta. Como resultado do estudo, é importante notar que os *chatbots* frequentemente fornecem respostas diferentes para a mesma pergunta, o que torna um desafio replicar as descobertas deste relatório de estudos semelhantes”.

António Branco, cientista da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, cuja

investigação se debuxa sobre a inteligência artificial com enfoque no Processamento da Linguagem Natural, começa por dizer que o mais importante é informar os eleitores que “os *chatbots* não servem para fornecer informação precisa sobre processos eleitorais, como não servem para oferecer informação precisa sobre assunto nenhum. Não podemos partir do pressuposto que os *chatbots* servem para procurar informação fidedigna”.

Cair na armadilha

Iso, obviamente, não quer dizer que as pessoas não o procurem, e é inevitável que usam uma linguagem semelhante à linguagem natural e a facilidade com a qual deitam informação, sem ter de se perder tempo à procura desta em mil sites diferentes. “Nós, humanos, caímos um pouco na armadilha, como aquilo está muito bem escrito, imediatamente tendemos a acreditar que tem informação correta, mas são fontes não queridas diferentes, estar bem escrito de maneira fluente não quer dizer necessariamente que esteja a veicular informação verdadeira. Há uma grande necessidade de esclarecimento público sobre as capacidades e a natureza destes dispositivos computacionais”.

A União Europeia já exige que as plataformas de redes sociais reduzam o risco de propagação de desinformação ou “manipulação eleitoral”, sendo obrigatório rotular conteúdos *deepfakes* (como os referidos no início deste artigo) a partir do próximo ano, o que será de demais para as eleições parlamentares da UE, em junho.

anafranca@expresso.com.pt